

A SOBERANIA QUE SE PERDE NUMA PLANILHA

Quando se fala em soberania ameaçada, o país pensa em fronteira, em território tomado, em poder paralelo. A ameaça que imaginamos tem sempre um rosto e um mapa — e é curioso que seja justamente essa a que menos deveria nos preocupar.

Porque soberania não é, antes de tudo, uma questão de fronteira. É uma questão de valor: a capacidade de um país produzir riqueza e mantê-la dentro de casa. Um Estado que não gera valor não tem, no fim, o que defender. E é por aí, não pela linha do mapa, que o Brasil sangra — devagar, sem manchete, dentro de uma planilha.

Convém olhar os números antes de discutir qualquer lei. Em abril, o Brasil chegou a 83,3 milhões de CPFs negativados, mais gente endividada do que a população da Alemanha, no décimo sexto recorde seguido. As recuperações judiciais alcançaram o maior patamar da série histórica, quase 2,5 mil empresas levando para a Justiça, num único ano, o pedido de fôlego que o próprio caixa já não consegue dar. E a conta não se reparte por igual: quase metade dos inadimplentes ganha até um salário mínimo.

Quem está quebrando, no Brasil, é o pobre — e o que o quebrou foi o custo do dinheiro, não a falta de trabalho. Uma das taxas de juros mais altas do mundo asfixia ao mesmo tempo o caixa da empresa e o orçamento da família, e ela está nesse patamar porque o Estado gasta mal e força o Banco Central a segurar o juro lá no alto. Para quem vive de renda, juro alto é o melhor dos mundos: ganha-se emprestando ao próprio Estado, sem produzir nada. Quem paga é o trabalhador. A empresa que então arruma as malas e cruza a fronteira não está traindo ninguém: está fazendo conta.

É sobre esse organismo já sem ar que se decidiu discutir o fim da escala 6x1.

Repare na cena. Um país onde oito em cada dez famílias devem, onde a indústria já faz as contas e descobre que produzir fora sai mais barato, onde o valor produzido é consumido todos os dias pelo juro e pelo gasto público — e o que ocupa o Congresso e as manchetes é o modo de repartir a jornada de trabalho. Não o problema de como gerar valor, mas o de dividir o que ainda sobra.

A redução da jornada sem ganho de produtividade correspondente não cria nada de novo: só encarece a folha. E esse custo não evapora, vai parar em algum lugar. Nos setores que funcionam aos sábados, do comércio à alimentação ao serviço de balcão, a margem é fina e a mão de obra é o grosso da despesa — não há de onde espremer. Então o custo reaparece como preço na prateleira. Onde nem isso é possível, porque a concorrência não deixa subir, ele vira a vaga que não se abre, o turno que se corta, o contrato que escorrega para a informalidade. De um jeito ou de outro, a conta acaba caindo no mesmo bolso.

E é um bolso conhecido. É o brasileiro que ganha menos, o mesmo que levou a pior na taxa das blusinhas, vendo de novo um custo chegar com etiqueta de avanço social. O que se vende como conquista do trabalhador desce, na ponta, como mais um aperto sobre quem já vivia no limite: encarece o que ele compra com o salário curto, ou fecha a porta por onde ele entraria para ganhar esse salário.

Nenhuma força precisa tomar um palmo de terra para enfraquecer o país. Basta que ele siga, ano após ano, discutindo como repartir uma renda que já esqueceu como produzir. A soberania que se perde por esse caminho não tomba sob invasão nem vira operação policial. Evapora numa planilha, devagar, enquanto a atenção de todos continua presa ao lado errado do mapa.

- **Soberania econômica:** A soberania se enfraquece quando o país deixa de produzir riqueza, perde empresas, sufoca famílias endividadas e mantém valor preso ao juro e ao gasto público.
- **Custo do dinheiro:** Juros altos premiam a renda financeira, asfixiam empresas e trabalhadores e empurram o setor produtivo para fora do país.
- **Conta trabalhista:** A redução da jornada sem produtividade correspondente encarece a folha, pressiona preços, bloqueia contratações e amplia a informalidade.

